

**JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA  
“INFORME SEBIB Nº 07/14”**

A Seção da Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

**REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO PROCESSUAL Nº 131 – fev/2014**

**SUMÁRIO**

- Notas especiais a respeito do processo previdenciário acidentário – *Fernando Rubin*
- O agravo de instrumento e a alteração do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça no caso de defeito de formação por falta das peças facultativas, mas essenciais – *Gilberto Gomes Bruschi*
- Do indeferimento da inicial e seus apelos - *Juvêncio Vasconcelos Viana*
- A evolução da tutela jurisdicional coletiva no Brasil – *Marcos de Araújo Cavalcanti*
- Eficácia vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal no controle concentrado de constitucionalidade – *Oscar Valente Cardoso*
- Recursos: noção e princípios – *Pedro Roberto Decomain*

A inconstitucionalidade do artigo 8º e seu parágrafo único da Lei 12.514/2011 que impossibilita a propositura de execução fiscal por parte de conselho profissional de valor inferior a quatro anuidades e permite a aplicação de sanções (políticas) – *Sérgio Massaru Takoi*

- O julgamento por amostragem no âmbito do Superior Tribunal de Justiça à luz de princípios processuais – *Taiana Valar Dal Grande*
- O cabimento da ação cautelar inominada diretamente ao tribunal na pendência de admissão da apelação em ação de embargo de terceiro- *Jean Carlos Dias*

**REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 221 – fev/2014**

**SUMÁRIO**

- Cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) em face das bolsas concedidas pelo Programa Universidade para Todos (Prouni): análise sobre sua legalidade – *Daniel Cavalcante Silva*
- Segurança jurídica no procedimento administrativo tributário – a questão da revisão judicial das decisões proferidas pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – *Edilson Pereira Nobre Júnior*
- Preços de Transferência no Brasil e os impactos das novas margens de *safe harbour* – *Fabrcício Costa Resende de Campos e Fernanda Vasconcelos Silva Lira*

- **Argumentação jurídica e o direito ao crédito presumido de IPI dos insumos e matérias-primas isentos adquiridos na Zona Franca de Manaus – *Guilherme Cezaroti***
- **A imunidade do ICMS nas exportações – *Heron Arzua***
- **A imunidade tributária recíproca e o pacto federativo: análise crítica do RE nº 434.251 – *João Paulo Santarosa de Araújo Ayres, André Felipe Batista dos Santos e Marcelo Hugo de Oliveira Campos***
- **O direito aos créditos de ICMS de bens destinados ao uso e consumo das empresas exportadoras – *Leonardo Augusto Bellorio Battilana***
- **Valoração aduaneira em regimes aduaneiros especiais e recentes autos de infração da Receita Federal – *Maurício Terciotti, Jeniffer Adelaide Marques Pires e Juliana Velasco Gomes de Almeida***
- **O perdão de dívida e a sua tributação pelo Imposto de Renda – *Miguel Delgado Gutierrez***
- **A banalização do termo “ágio interno” pelas autoridades fiscais: a necessidade de cuidado na sua utilização, tendo em vista o preconceito por ele carregado – *Paulo Coviello Filho***
- **Reflexões sobre o atual entendimento jurisprudencial sobre a guerra fiscal e sobre a (definitiva) solução do problema – *Pedro Guilherme Modenese Casquet e Andressa Vianna Santos Viceconti***
- **Dedutibilidade do IRPJ e CSLL dos juros ao capital pagos por sociedade cooperativa aos seus associados – *Rafael Dias Toffanello***
- **A responsabilização tributária de grupo econômico – *Renato Lopes Becho***
- ***Drawback*-suspensão: a dispensável vinculação física entre os insumos importados com o benefício e os produtos finais posteriormente exportados – *Sacha Calmon Navarro Coêlho, André Mendes Moreira e Patrícia Dantas Gaia***
- **Cooperativa de transporte de pessoas e cargas cujos associados, pessoas físicas, criaram empresas individuais (Eirelis) – direito a manterem os associados o regime simplificado de tributação por força do parágrafo 5º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 – *Ives Gandra da Silva Martins***

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados

Salvador 07 de março de 2014